

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2023-02-27

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Oliveira, J.M. (2022). Saberes e corpos trans: materialidades da autodeterminação. In Rafaela Vasconcelos Freitas, Marco Aurélio Máximo Prado (Ed.), *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. (pp. 57-70). S. Paulo: Autentica.

Further information on publisher's website:

<https://grupoautentica.com.br/autentica/livros/travestilidades-em-dialogo-na-pista-academica/2088>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Oliveira, J.M. (2022). Saberes e corpos trans: materialidades da autodeterminação. In Rafaela Vasconcelos Freitas, Marco Aurélio Máximo Prado (Ed.), *Travestilidades em diálogo na pista acadêmica*. (pp. 57-70). S. Paulo: Autentica.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Saberes e corpos trans*: materialidades da autodeterminação

João Manuel de Oliveira

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Matérias trans*

Este texto é uma espécie de concatenação de reflexões sobre os significados e a materialidade da autodeterminação de gênero sobretudo no que diz respeito às pessoas trans*¹. O meu trabalho recente esteve focado sobre o modo como os estudos trans e o transfeminismo oferecem alternativas para pensar o gênero. Assim, pensei em uma espécie de roteiro conceitual com que tenho trabalhado nos últimos tempos, que, no meu caso, tem implicado uma atenção particular ao modo como se constitui um sujeito trans* no âmbito do feminismo e dos estudos de gênero – mas como um sujeito-corpo, uma incorporação, um corpo e não tanto a evocação racionalista do sujeito fora do corpo ou da oposição cartesiana corpo-mente. Antes uma recusa de pensar o sujeito fora do corpo e descrente da bondade do exercício disciplinar, o meu trabalho situa-se nos estudos de gênero e na teoria feminista, examinando o modo como os saberes trans permitem repensar estes campos. Proponho, assim, estabelecer aqui algumas notas sobre como construir alianças e saberes com e a partir das pessoas trans* no quadro de um paradigma que já não é de despatologização, mas antes de autodeterminação de gênero.

Estudar travestis e pessoas trans* trata-se de um equívoco: temos muito mais que aprender com elas, na sua diversidade, do que propriamente estudá-las como objeto. Então o meu posicionamento no quadro deste texto não é o de alguém que tem algo a dizer sobre pessoas trans* e travestis; é mais o de alguém que tem aprendido sobre gênero e corpo com essas pessoas. Tomo-as, assim, como guias para pensar algumas das principais questões sobre gênero, corpo e política, e não como objetos de estudo. Esse é o ponto de partida. E em que sentido? No sentido da valorização dos saberes trans (STRYKER, 2006; OLIVEIRA, 2018), do circuito integrado de produção de

¹ Recorro a definição ampla de trans*, proposta por Lucas Platero (2014), para incluir identificações, identidades e expressões de gênero transexuais, transgênero e trans, travesti, etc., pensadas de forma heterogênea e múltipla.

conhecimentos, práticas, tecnologias e materialidades que tornam um corpo trans* e um corpo travesti possíveis. As fontes pelas quais aprendemos sobre gênero são variadas e múltiplas, e essas aprendizagens e apreensões decorrem de um paradoxo descrito por Griselda Pollock (2001) da seguinte forma, falando sobre feminismo:

Poderemos assim afirmar que o feminismo significa um conjunto de posições, não uma essência; uma prática política, não uma doutrina; uma resposta e intervenção dinâmicas e auto-críticas [*sic*], não uma plataforma única. É o produto precário de um paradoxo. Parecendo falar em nome das mulheres, a análise feminista desconstrói perpetuamente o próprio termo à volta do qual se encontra politicamente organizado (POLLOCK, 2001, p. 196-197).

A mesma estranheza pode ser aplicada ao gênero e seus enredos – o produto precário de um paradoxo que perpetua a desconstrução dos seus termos políticos. Por isso, e a partir de várias leituras e do contato com práticas de gênero – por vezes, contraditórias entre si –, prefiro falar de rizoma-gênero (OLIVEIRA, 2016) dada a latitude e a diversidade do que conta como gênero, mas olhando para essas práticas como *práticas*, saberes que visam produzir efeitos. Essa dimensão produtiva do gênero pode por isso ser estudada enquanto performatividade (BUTLER, 2017), enquanto parte integrante das tecnologias de gênero – para usar a conceituação de Teresa de Lauretis (1987) – que incorporam mudanças nas representações de gênero. Uma das perguntas centrais dessas teorizações se prendem às modalidades de constituição dos corpos a partir da inteligibilidade das normas de gênero. Trata-se de uma inquirição sobre a viabilidade de um corpo a partir de determinadas condições de possibilidade, e que, a partir delas, se inaugura como um corpo possível e como efeito e exemplo da mediação tecnocientífica. No caso dos corpos trans*, estes estão profundamente associados à própria emergência do conceito de gênero.

O conceito de gênero só se torna possível e viável com a constituição de sujeitos trans* e intersex, que tornam evidente a falha da homologia sexo-gênero. O gênero como conceito é um efeito desse devir trans* ocorrido na década de 1940 do século XX com as primeiras operações de redesignação sexual, que são determinantes para a produção de sujeitos intersex e trans* – essa territorialização de outras experiências antes pensadas como inversão sexual, categoria fulcral na sexologia anglo, sobretudo herdeira de Havelock Ellis (1915) e da sua preocupação com “*sexual invert*”, descrita a

seguir na sua fantasia com laivos de pânico moral da proliferação de pessoas invertidas na cultura estadunidense:

O mundo dos invertidos sexuais é, de fato, grande em qualquer cidade americana, e é uma comunidade distintamente organizada – palavras, costumes, tradições próprias; e cada cidade tem seus numerosos locais de reunião: certas igrejas onde os invertidos se congregam. Certos cafés bem conhecidos pelo caráter invertido de seus patronos, certas ruas onde, à noite, um em cada cinco homens é um invertido. Os invertidos têm seus próprios clubes, com reuniões noturnas. Esses clubes são, na verdade, salões de dança. Anexo aos salões, presidido pelo proprietário do salão, ele próprio quase invariavelmente invertido, assim como todos os garçons e músicos: os frequentadores desses lugares são invertidos sexuais masculinos (geralmente de 17 a 30 anos); os turistas não encontram dificuldade em entrar, na verdade, são bem-vindos para as bebidas que compram para a empresa – e outras razões. Cantar e dançar com certos artistas é característico dessas reuniões, com muita fofoca e bebida nas mesas, ao longo das quatro paredes da sala. Os *habitués* destes lugares são, geralmente, invertidos do tipo mais pronunciado, isto é, o completamente feminino em voz e costumes, com o característico movimento do quadril em seu andar; embora eu nunca tenha visto nenhuma abordagem de vestimenta feminina, sem dúvida, o desejo por ela não é necessário e apenas os regulamentos policiais a relegam a outras ocasiões e lugares. Você vai inferir, com razão, que a polícia sabe desses lugares e aguenta sua existência para consideração; não é incomum que o estranho inquiridor seja direcionado para lá por um policial (ELLIS, 1915, p. 350-351).

Nos anos 1940 do século XX, ocorrem algumas mudanças nos estudos sobre hormonas, nas práticas cirúrgicas de redesignação de sexo, na psicoterapia e na sexologia que irão possibilitar a possibilidade de abandonar o enunciado *invertido sexual* – que continua a ocupar um lugar em termos do pensamento social sobre homo e transexualidade – e permitir o uso do enunciado *transexual*. Essa determinação sociotécnica, no entanto, apenas explora uma parte da história – estória, mas é integral para entender essas transições. Esse aprofundamento do modo como os corpos se tornam possíveis através da tecnologia implica considerar o gênero como tecnologia (DE LAURETIS, 1987). Susan Stryker diz que “O corpo transexual é um corpo não

natural. É o produto da ciência médica. É uma construção tecnológica. É carne rasgada e cozida de novo numa forma diferente da qual nasceu” (STRYKER, 1994, p. 238).

Igualmente, a produção conceitual de Donna Haraway (1991) nos faz pensar em um corpo eminentemente tensional, natureza-cultura, tudo junto, e em atores materiais-semióticos, em sua figuração do ciborgue, híbrido e potencializado pela tecnologia. Essa ideia de uma impossibilidade de separar o significado e a materialidade é fundamental para entendermos esta discussão, como o trabalho de Susan Stryker (1994) vai mostrar.

A autoridade apodera-se de qualidades específicas da carne, particularmente os genitais, como uma indicação exteriorizada de futuro potencial reprodutivo, constrói esta carne como signo e vai lê-lo para culturalizar o corpo. A atribuição de gênero é compulsória; codifica e utiliza os nossos corpos de formas que materialmente nos afetam, contudo não escolhemos essas marcas nem os significados que transportam (STRYKER, 1994, p. 249).

Há uma determinação simultaneamente material e semiótica, natural-cultural e que escapa em muito à volição do sujeito, isto é, o gênero não é uma simples escolha. Tal como mostram os trabalhos sobre performatividade de Judith Butler (2017), a inteligibilidade dos corpos que as normas de gênero produzem é determinante em seu uso material e semiótico, independentemente da nossa visão pessoal sobre o assunto – ao contrário do que muitos críticos e críticas afirmaram com base em uma leitura pouco densa e precipitada do trabalho de Butler.

Nesse caso, será o trabalho de Sandy Stone (1991) a trazer a problematização do tropo “corpo errado” como tentativa de manter o essencialismo moralista do corpo certo a que hoje, a partir do contributo dos estudos trans*, poderíamos chamar de cisnormativo. Mas já nesta construção do corpo trans como corpo monstruoso, acúmulo de raiva/revolta trans* – marca do triunfo da cultura sobre natureza, e por isso, inapropriável aos discursos do gênero natural/naturalizado das feministas culturais transfóbicas –, está a suspeição de uma ideia simples de construção. Um corpo trans* é constituído a partir de determinadas tecnologias (ver também LEITE; SANTOS, 2018), e tem uma materialização que as teorias construcionistas têm alguma dificuldade em considerar – até porque essa materialização mostra igualmente como o corpo cis é também construído para aparentar naturalidade.

O trabalho de Viviane Vergueiro (2019) mostra essa cisnormatividade que coloniza corpos trans* e coloca a discussão no âmbito da ideia de norma. Em outro texto (OLIVEIRA, 2016), tentei mostrar que o gênero em pessoas cis não pode ser apenas pensado como imutável e fixo, até porque a fluidez de gênero, a dimensão de potência do poder, está também presente. Cabe à cisnorma proceder a essa ilusão de corpo estável, imutável e performando corretamente as cópias sem original que constituem a norma de gênero (BUTLER, 2017). A cisnormatividade é, assim, um importante complemento dos poderes constitutivos e produtivos que vão regular a esfera do gênero, como a heteronormatividade, garantindo a hegemonia da heterossexualidade na constituição do gênero e o dimorfismo, constituição da diferença sexual binária como central no edifício do gênero. A cisnormatividade garante a ilusão da natureza de alguns corpos vistos como naturais e conformes à norma, separando corpos cis de corpos trans*, patologizando e deslegitimando formas de expressão de gênero que são vistas como excluídas dessa economia política dos corpos.

Então eventualmente faz sentido pensar, em termos de hipótese teórica, em proceder a uma separação dos múltiplos efeitos da norma de gênero, tendo em consideração que esses efeitos se apresentam como facetas da norma de gênero, sem os quais esta se tornaria inoperante. Por exemplo, considerar a norma de gênero sem ter em conta a constância de gênero e a sua aparente imutabilidade equivaleria a colocar em questão a heteronormatividade, dado que sem constância de gênero no sujeito a ideia de orientação sexual perde qualquer sentido, o que diretamente colocaria em risco a presunção universal de heterossexualidade, que requer um gênero estável a partir do qual opera (BUTLER, 1997). Explorando o trabalho de Judith Butler (1993), nos é possível entender uma parte desse processo, a partir do que a autora chama de materialização:

O que eu proporia em vez destas concepções de construção é o retorno a uma noção de matéria, não como local ou superfície, mas como *processo de materialização que estabiliza ao longo do tempo para produzir um efeito de fronteira, fixidez e superfície que chamamos matéria*. Que a matéria seja sempre materializada deve ser considerado, penso eu, em relação com os efeitos produtivos, e realmente materializadores, do poder regulatório no sentido foucaultiano (BUTLER, 1993, p. xviii, grifos nossos).

Considerada em alguns textos, como o de Preciado (2018), como construcionista, Butler (1993) afasta-se dessa posição mostrando como ela é insuficiente para descrever e pensar a dinâmica do poder constitutiva dos processos de materialização e dos processos de significação. Uma construção social é entendida, por vezes, como o divino performativo, constituindo aquilo que nomeia. Por outro lado, a construção implica uma ideia de um humano socialmente construído, o que também remete a um certo voluntarismo ou a um certo peso da estrutura na construção. As perspectivas construcionistas e seus críticos oscilam entre considerá-las como voluntarismo e artifício ou como efeitos de estrutura – como se não conseguissem sair da oposição agência-estrutura. Butler afirma que essa construção do debate ignora as posições exteriores ao humano: quase humano, o inumano, o não humano, o exterior constitutivo (DERRIDA, 1988) que gera fronteiras, estabilizações, superfícies e exclusões. Assim, a proposta de Butler (1993, p. xii-xiii) consiste em repensar a matéria dos corpos como um efeito da dinâmica do poder, o poder reiterativo capaz de produzir os fenômenos que regula e limita, tornando essa matéria indissociável das normas regulatórias que governam as suas materialização e significação.

O sujeito se forma através da sua admissão em um sexo, que se constitui como uma norma cultural e não como um efeito de imposição artificial de um gênero a um determinado corpo. Esse corpo já é formado no quadro dessa norma, também por meio do assumir um sexo através de uma identificação. O imperativo da heterossexualidade hegemônica torna algumas dessas identificações viáveis, enquanto outras são foracluídas e, por isso, repudiadas. Essa matriz de exclusão que forma os sujeitos produz igualmente os que ainda não são sujeitos por via da abjeção, que forma o exterior constitutivo do domínio do sujeito.

Esses quase-sujeitos, não sujeitos, constituem uma forma de abjeção que é sempre colocada como invivível e inabitável (BUTLER, 1993), apesar da grande quantidade de pessoas que habitam essas regiões da vida social, desprovidas do estatuto de sujeito que garante autonomia e direito a viver. Esse abjeto exterior constitutivo do sujeito o forma como repudição fundadora. E é no âmbito desse pensamento sobre a performatividade de gênero que podemos antes descrever o gênero como a materialização de efeitos do poder, em vez de descrevê-lo como construção social. A teoria da performatividade de gênero passa a ser entendida como a constituição de uma matéria a partir de normas regulatórias que concebem o que pode ser matéria e como ela pode ser significada.

Corpos trans* e auto-representação

Gostaria agora de refletir a partir de uma ideia de autorrepresentação dos corpos trans*. Note-se que estou propositadamente evitando qualquer conceituação identitária e me centrando exclusivamente numa ideia de corpo trans* como projeto político e como modo de pensar. Parto de uma analítica não identitária e que não tem como objetivo descrever identidades de gênero. Antes, intenciono entender como um projeto emancipatório como o da autodeterminação de gênero se reflete no modo como os corpos trans* são pensados e se propõem pensar. Trabalho, assim, não a partir de uma conceituação identitarista de trans*, mas, antes, a partir de uma ideia de performatividade dos corpos trans* e seus saberes. O que fazem estes corpos e como constroem saberes que deslegitimam o sistema e ressignificam as normas de gênero enquanto cisnormativas?

Construccions identitàries (2017) é o livro de fotografia da catalã Mar C. Llop que retrata uma diversidade de corpos trans* e de experiências de transição e corporeidade, com seções dedicadas às tecnologias como *binder*, próteses, hormonas, testosterona. O livro resulta de um projeto artístico criado por uma mulher trans*, e permite um olhar para a diversidade de transições.

Nem todas as pessoas trans* desejam fazer grandes modificações no corpo. Muitas optam por um trânsito parcial. Quem sabe não querem passar por cirurgia, por princípios, por recursos. Quem sabe já está bem o corpo que tenho agora e quem sabe mais tarde... Quem sabe agora não é o momento e este se calhar não chegará nunca, quem sabe virá... (LLOP, 2017, p. 75).

A obra ilustra uma diversidade de possibilidades de viver o trânsito de gênero (OLIVEIRA, 2016) como um devir, um ir se tornando (BEAUVOIR, 1949) que pode implicar recusar viver a masculinidade hegemônica, no caso de homens trans*, mostrando um repúdio pelo binarismo das normas de gênero. Recusar o binarismo é pensar-se a partir da fluidez de gênero ou, pelo contrário, querer, desejar e por isso mesmo pertencer a um gênero – toda essa amplitude de posições nos vários e múltiplos corpos trans*, pensados antes como multitudine e já não como um modo único de ser. A constituição desses corpos a partir das fotografias de Mar C. Llop (2017), que criam um diálogo cúmplice entre fotografadx e fotógrafa, ilustra também as potencialidades de projetos artísticos que querem examinar e pensar a produção desses tecnôgenos a

partir da sua constituição como matéria, com recursos à tecnologia em vários níveis. Assim, estamos perante a produção e a constituição de diferentes tecnologias de gênero (DE LAURETIS, 1987), apontando para um gênero que não é construído – é, antes, materializado (BUTLER, 1993), como já vimos.

Igualmente, Llop (2017) quebra a cis-representação da pessoa trans* como triste, desajustada e disfórica. Reclama-se, aqui, uma posição e um entendimento da população trans*, em sua plena diversidade, de recusa radical de qualquer forma de patologização e das formas de violência epistêmicas, simbólicas e concretas exercidas sobre esses corpos. Essa reiteração de algo que já deveria ser autoevidente, apesar da posição patologizante expressada em laudos e relatórios psicológicos e psicossociais, ainda encontra amplo espaço de reverbação, implica e exige um posicionamento de ruptura com o sistema (VERGUEIRO, 2019), sem espaço para ambiguidades e recusando a reserva de mercado que muita psicologia e biomedicina ainda gosta de manter em relação às pessoas trans*. Esse vampirismo de pessoas trans* é muito evidente na forma ambígua como alguns estudos LGBT ainda se referem a essas pessoas sob a capa da prestação de cuidados e da atenção à saúde, colocando-as numa situação de dependência de laudos e de validação das psi disciplinas. Essa situação deve ser integralmente recusada em prol de uma prestação de cuidados de saúde e bem-estar que coloque a autodeterminação das pessoas trans* acima do mercado da psicologia. E que estes critérios de reserva de mercado deixem de ser necessários enquanto requerimentos prévios para lhes conferir direitos.

Apesar da legislação portuguesa que garante o direito à autodeterminação de gênero – o que, no caso brasileiro, se deu por decisão do Supremo Tribunal (COACCI, 2018) –, bastando a simples declaração em cartório notarial para se alterar legalmente o nome, as práticas biomédicas e psicoterapêuticas ainda, em muitas situações, apresentam algum desfasamento e pouca preparação para lidar com situações como as relatadas pelas pessoas trans* sobre saúde. E esses problemas são repercutidos em várias áreas de intervenção do Estado e das políticas públicas. Entramos em um domínio que se relaciona com os efeitos das leis. Ao invés de olharmos para a lei e para a mudança legal como lugares de mudança social, tentemos um olhar que considere as múltiplas contradições que essa premissa encerra. Como mostra o trabalho de Dean Spade (2015),

[...] as leis operam como táticas na distribuição das nossas oportunidades de vida, e assim devemos abordar a reforma legal de

maneira tática. Uma transformação significativa não ocorrerá por meio de pronunciamentos de igualdade de várias instituições governamentais. A mudança transformadora só pode surgir por meio da mobilização em massa, liderada pelas populações mais diretamente impactadas pelos sistemas nocivos que distribuem a vulnerabilidade e a segurança (SPADE, 2015, p. 8).

Esta distribuição desigual das oportunidades de vida reverbera diretamente na distribuição desigual da precariedade, aludida por Butler (2016), em que condições de existência podem tornar certas vidas particularmente propensas a serem invivíveis e expostas à vulnerabilidade. O trabalho de Spade (2015) mostra como as leis da democracia liberal não fazem exatamente o que dizem – ou seja, algumas das promessas de igualdade não são desenhadas para produzir essa mesma igualdade, porque a dimensão administrativa da lei e a interação complexa com outras leis e práticas administrativas podem curto circuitar todo esse processo. Thiago Coacci (2018) mostra como a articulação entre ciência, Direito e transexualidade implicou que a patologização da transexualidade servisse tanto para negar como para conceder determinados direitos. Então a própria lei também depende dessas articulações para produzir determinados efeitos.

Uma lei da autodeterminação de gênero (Lei n. 38/2018), como é o caso da legislação portuguesa que, no seu artigo 2, ponto 1 afirma que “Todas as pessoas são livres e iguais em dignidade e direitos, sendo proibida qualquer discriminação, direta ou indireta, em função do exercício do direito à identidade de gênero e expressão de gênero e do direito à proteção das características sexuais”, introduzindo uma posição igualitária extensível a pessoas trans* e intersexo, mas que as práticas administrativas (biopolíticas) correntes e assentes em um determinado modelo de gênero, que é anterior ao dessa lei, vão desarticular. Isto é manifesto, por exemplo, na recusa dos sistemas de saúde em cobrirem custos que veem como estéticos, mas que podem ser fundamentais para as vidas de pessoas trans* como é o caso da depilação laser, ou em situações em que a precariedade diferencialmente distribuída coloca pessoas trans* detidas no complexo industrial da prisão em função do sexo atribuído e não do gênero da pessoa. Outra situação que é comum são as longas esperas pelas cirurgias nos sistemas de saúde, pela lacuna de técnicos de saúde especializados em tais procedimentos.

Este problema coloca muito facilmente mulheres trans* em situações de especial vulnerabilidade. Tratam-se de situações de particular violência administrativa, apesar da

aparente abrangência das leis de igualdade. Tal situação mostra, também, como afirma Spade (2015), a impossibilidade de as leis produzirem essas mudanças quando enquadradas em um sistema administrativo (biopolítico) que não se encontra orientado por perspectivas trans* críticas que possibilitem colocar a autodeterminação de gênero no quadro de uma democracia de gênero como critério essencial para essas ações do Estado.

Mas não é apenas ao Estado que cabe garantir o direito de respeito integral à democracia de gênero. Cabe, também, aos movimentos sociais e organizações não governamentais o respeito pela autodeterminação, e infelizmente o feminismo abolicionista e transfóbico que é conhecido por feminismo radical – apesar de de radical não ter nada e tratando-se de uma corrente minoritária nos feminismos – tem fornecido um triste espetáculo no desrespeito, acinte e não reconhecimento das mulheres trans* como mulheres. Este triste espetáculo é expresso nas suas posições contra o que consideram voluntarismo de gênero e deriva de em um desrespeito histórico do feminismo cultural que acredita numa essencialidade da categoria mulher, e que a partir dela vai positivar o feminino, considerando o masculino como essencialmente tóxico. Essas concepções, ainda herdeiras de uma certa ideia de gênero como uma modalidade cultural do sexo, um sexo social, falham em não considerar a relacionalidade masculino-feminino numa dinâmica assimétrica, que não se exprime em termos de dominante-dominado, mas, antes, numa lógica de modos de subjetivação inteiramente diferentes (AMÂNCIO, 2017), que os apresenta como dimórficos, duas espécies, dois corpos (LAQUEUR, 1990).

A ruptura que os corpos trans* apresentam e introduzem estão nas antípodas desses feminismos com fetiche de fixação de gênero e com certezas sobre quem o outro pode ser e quais são os seus limites. Muito em voga, portanto, está a certeza onde posicionar o outro em termos de gênero e a irrelevância da sua identificação. Assim, para esses modelos transfóbicos de feminismo, uma mulher trans* é nada mais, nada menos que um homem disfarçado de mulher. Detentor de uma série de verdades sobre os outros, o sistema sexo-gênero recorre também às feministas para garantir a conformidade face à norma e a obediência a modelos normativos de gênero. Que melhor forma de se perpetuar e se reproduzir que recrutar como perpetuadoras feministas que assim se constituem como verdadeiras guardiãs do gênero? Afinal, para esses modelos de feminismos nada escapa ao binário, irreduzível, universal e estrutural. Por isso, teorias do gênero que não apresentam leituras unívocas – como a da performatividade – devem

ser devidamente arrumadas no baú dos pós-modernismos, e pessoas trans* não podem ser feministas porque ou são vistas como traidoras (no caso dos homens trans*) ou como invasoras (no caso das mulheres trans*). Solidariedades interseccionais, uma preocupação em abraçar esta multiplicidade de formas de viver o gênero, encarando-o não apenas como uma expressão do sexo biológico, são antídotos para lidar com essa forclusão das pessoas trans* desses modos de feminismos. Recusar a essencialização e deixar os truísmos identitaristas parece-me fundamental – o cerne na identidade que não deixa muita margem de manobra para outras formas de exploração política, para uma diferença entre identificações e posições sociais e para equacionar uma certa fluidez de gênero, uma certa ideia de trânsito (OLIVEIRA, 2016).

Num estudo do NUH (2016) com base nas respostas das entrevistadas trans* sobre os seus corpos e as tecnologias que as ajudaram a viabilizar esses corpos-projetos encarando aqui os corpos como um projeto em aberto, em vez de os vermos como algo acabado, terminado e que é essencialmente dado –, entendemos que o uso de hormonas começa bem cedo. Em média, é de 16,8 anos a idade em que começam o uso de hormonas. Assim esses corpos, que começam a ser construídos inclusivamente antes da maioridade penal, são um projeto que implica múltiplos investimentos e tempo para se construir materialmente. Nesse sentido, apenas 1,8% das inquiridas afirmam recorrer aos serviços de saúde como forma de se informar sobre hormonização, o que revela a amplitude da desconfiança delas face aos serviços de saúde. Antes, a aplicação de hormonas é feita através dos saberes da própria comunidade, dadas as resistências em usar os serviços de saúde em função da forte discriminação percebida.

Delas, 98,2% recorrem a conselhos de colegas sobre hormonização, o que eventualmente também implica na aquisição de hormonas no mercado informal. Esses corpos, que são construídos recorrendo aos saberes e tecnologias da medicina, têm, contudo, uma relação extremamente ambivalente com a prática médica que perpetua uma lógica de abjeção a tais corpos, juntamente com sua exposição à violência e aos riscos associados à prática de trabalho sexual nas ruas. Assim, recorrer a *bombadeiras* e *mãos de fada* para injeção de silicone industrial, além de sair muito mais barato que as próteses de silicone, evita a exposição a uma medicina hostil e pouco acolhedora.

A lógica da violência administrativa a que já aludi anteriormente encontra espaço na gestão da saúde das mulheres trans*, e muitas delas não parecem querer ser expostas a esse tipo de constrangimento na sua expressão de gênero e na complexidade de saberes/tecnologias/matérias - uma rede complexa de atores e actantes, como os

hormonas distribuídos legal ou informalmente, sistemas de saúde, leis ou jurisprudência que acolha, silicones, tecnologias de depilação a laser ou hormonização que faz crescer os pelos do corpo, mais hormonas, investimentos de recursos, materiais, financeiros e emocionais, e uma miríade de aspetos que vão requerer a construção de saberes e conhecimentos que possam apoiar esse esforço de expressão do gênero autodeterminada, que diga respeito a um sujeito que é aquilo que pretende e que pode ser.

O interesse em estudar essa complexidade material-semiótica diz também respeito a uma exigência política e científica de podermos retratar o gênero nas suas nuances e complexidades – sabendo, *a priori*, que a descrição que fazemos do gênero o produz como tecnologia mutante e mutável. Então conhecer de forma aprofundada essas redes a que aludo ao longo deste texto é também apoiar a autodeterminação de gênero de pessoas trans*. Como afirma também Susan Stryker (1994):

Para encontrar o corpo transexual, para apreender a consciência transgênera em processo de autoarticulação é arriscar a revelação da construção da ordem social. Confrontar as implicações dessa construção pode somar toda a violação, perda e separação inflingida pelo processo de genderização que sustenta a ilusão da naturalização. O meu corpo transexual literaliza esta violência abstrata (STRYKER, 1994, p. 250).

Tomo, neste texto, também a preocupação em trazer autores trans* para o debate, tomando-os como referências primordiais para entender esses processos, como fiz durante todo o texto com Susan Stryker, Mar C. Llop, Viviane Vergueiro, Dean Spade e Sandy Stone. Note-se como recorro a um certo poder de *gatekeeping* para não citar as feministas transfóbicas de sempre, posto que as suas carreiras muito se deveram à citação indignada de muita gente. Recuso-me. Para tal, existem vários motores de busca. Prefiro, neste texto, deixar mais inteligível o efeito de uma crítica trans* sobre os estudos de gênero. Deixar de privilegiar uma série de textos clássicos transfóbicos e poder abraçar um outro *corpus* textual. Largar a canocidade do feminismo como transfobia para lermos os transfeminismos, os feminismos *queer*, escritas outras. Falo de um gesto, de uma prática. Interessam-me as práticas no que elas têm de efetivo e de possibilidade. Esse desígnio deveria ser mais constante nos trabalhos sobre pessoas trans*, pois precisamos apoiar e difundir o trabalho de intelectuais trans* que estão

pensando os estudos trans e de gênero a partir de reflexões muito importantes e inovadoras para trabalharmos a partir das margens, e não do centro.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. Assimetria simbólica: breve história de um conceito. In: OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. (Eds.). *Gêneros e Sexualidades: Interseções e tangentes*. Lisboa: CIS-IUL, 2017. p. 17-38.
- BEAUVOIR, S. *Le Deuxième Sexe*. Paris: Gallimard, 1949.
- BUTLER, J. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. *The Psychic Life of Power*. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1997.
- BUTLER, J. *Notes toward a Performative Theory of Assembly*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Lisboa: Orfeu Negro, 2017.
- COACCI, T. As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciência e transexualidades no Brasil. *Ex aequo*, n. 38, p. 17-31, 2018.
- DE LAURETIS, T. *Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- DERRIDA, J. *Limited Inc*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1988.
- ELLIS, H. *Sexual Inversion*. Philadelphia, PA: Davis, 1915.
- HARAWAY, D. *Symians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991.
- LAQUEUR, T. *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- LEITE, A. F. S.; SANTOS, C. Tecnologias de gênero e magia: hormonioterapia e as experiências de vida de mulheres trans*. *Ex aequo*, n. 38, p. 83-94, 2018.
- LLOP, M. *Construccions identitàries*. Barcelona: Bellaterra, 2017.
- NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. *Relatório de pesquisa – Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população*. 2016.

Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans>.

Acesso em: 24 maio 2021.

OLIVEIRA, J. M. Trânsitos de Género: leituras queer/trans* da potência do rizoma género. In: COLLING, L. (Org.). *Dissidências sexuais e de género*. Salvador: Edufba, 2016. p. 109-132.

OLIVEIRA, J. M. Trans-ações de género, operando contra o sistema. *Ex aequo*, n. 38, p. 9-16, 2018.

POLLOCK, G. A política da teoria: gerações e geografias na teoria feminista e na história das histórias de arte. In: MACEDO, A. G. (Ed.). *Género, identidade e desejo: antologia crítica do feminismo contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 2001. p. 191-220.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018.

SPADE, D. *A normal life: Administrative Violence, Critical Trans Politics, and the Limits of Law*. Durham, PA: Duke University Press, 2015.

STONE, S. The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto. In: EPSTEIN, J.; STRAUB, K. (Eds.). *Body Guards: The Cultural Politics of Gender Ambiguity*. New York: Routledge, 1991. p. 280-304.

STRYKER, S. (De)Subjugated Knowledge: An Introduction to Transgender Studies. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. (Eds.). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p. 1-17.

STRYKER, S. My Words to Victor Frankenstein Above the Village of Chamounix: Performing Transgender Rage. *GLQ*, v. 1, n. 3, p. 237-254, 1994.

VERGUEIRO, V. *Sou travestis: estudando a cisgeneridade como possibilidade decolonial*. Brasília, DF: Padê Editorial, 2019.